



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**SISTEMA INTEGRADO DE MONITORIZAÇÃO INTELIGENTE DE FLUXOS**  
**TURÍSTICOS DOS AÇORES**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto .....	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
Artigo 4.º Plataforma eletrónica de contratação .....	4
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações, erros e omissões.....	5
Artigo 6.º Prazo e modo de apresentação das propostas .....	5
Artigo 7.º Documentos que constituem as propostas .....	6
Artigo 8.º Apresentação de propostas variantes .....	7
Artigo 9.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas .....	7
Artigo 11º Preço anormalmente baixo .....	8
Artigo 12º Concorrentes .....	8
Artigo 13º Agrupamentos .....	8
Artigo 15.º Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas e Audiência Prévia .....	9
Artigo 16.º Critério de adjudicação.....	9
Artigo 17.º Adjudicação .....	10
Artigo 18.º Documentos de habilitação .....	10
Artigo 19.º Caução.....	11
Artigo 20.º Contrato escrito e fiscalização prévia .....	11
Artigo 21.º Assinatura eletrónica e selos temporais .....	12
Artigo 22.º Legislação aplicável .....	12
ANEXO I – MODELO PARA SUBMISSÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS .....	14
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO .....	15
ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS.....	16
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO .....	18
ANEXO V – MODELOS DE CAUÇÃO.....	20



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**Artigo 1.º**

**Objeto**

- 1 - O presente procedimento tem por objeto a aquisição de todos os componentes e serviços conducentes à implementação do “Sistema de Monitorização inteligente dos fluxos turísticos dos Açores”, nos termos melhor definidos nas Cláusulas Jurídicas e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e nas demais peças do procedimento, com o código CPV 72200000-7.
- 2 - O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicação no *Jornal Oficial da União Europeia internacional*, nos termos da alínea b), do artigo 20.º do Regime Jurídico de Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, adiante designado de RJCPRAA, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A de 29 de dezembro, e dos artigos 130.º e ss. do Código dos Contratos Públicos (CCP), e inclui as seguintes peças:
  - a) Anúncio;
  - b) Programa do Procedimento;
  - c) Caderno de Encargos.
- 3 – O presente procedimento e execução do correspondente contrato não se encontram condicionados pela emissão de pareceres prévios, licenciamento e autorizações. Contudo, na implementação da componente de Sensorização poderão ser necessárias licenças e autorizações, designadamente camarárias ou do ambiente.

**Artigo 2.º**

**Entidade Adjudicante**

- 1 - A Entidade Adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, sita no Largo do Colégio, 4 9500-054 Ponta Delgada.
- 2 - Os contactos são os seguintes:
  - a) Telefone n.º (+351) 296 206 200;
  - b) Correio eletrónico: [srtmi-info@azores.gov.pt](mailto:srtmi-info@azores.gov.pt);
  - c) Horário de funcionamento: todos os dias úteis das 08h30m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**Artigo 3.º**

**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar e a aprovação das peças do concurso foi tomada por despacho do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, de 30.04.2025, e da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, de 05.05.2025.

**Artigo 4.º**

**Plataforma eletrónica de contratação**

- 1 - O procedimento decorrerá através de plataforma eletrónica de compras da ACINGOV, com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, sendo a participação no concurso dependente de prévia inscrição, gratuita.
- 2 - O acesso ao procedimento e às peças que o compõem é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o Júri e os concorrentes são obrigatoriamente feitas através da plataforma eletrónica, por via do envio automático de mensagens eletrónicas, devendo ficar disponíveis para consulta na área exclusiva respetiva.
- 4 - A Entidade Adjudicante disponibiliza na plataforma eletrónica as peças do procedimento, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.
- 5 - Quando existam peças procedimentais que não possam, total ou parcialmente, ser disponibilizadas sem restrições de acesso, designadamente por motivos de segurança, são disponibilizadas por outros meios adequados, que devem ser indicados aos interessados.
- 6 - Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**Artigo 5.º**

**Esclarecimentos, retificações, erros e omissões**

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser apresentados pelos interessados até ao termo do 1/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 2 - Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados até ao termo do 2/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 3 - No prazo referido no n.º 1, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
- 4 - Até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.
- 5 - Consideram-se rejeitados todos os erros e omissões apresentados que, até ao final do prazo indicado no número anterior, não tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 6 - Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 7 - Os pedidos de esclarecimento, retificações, erros e omissões, deverão ser submetidos utilizando o modelo constante do Anexo I.
- 8 - Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através da plataforma eletrónica referida no artigo anterior.

**Artigo 6.º**

**Prazo e modo de apresentação das propostas**

- 1 - As propostas devem ser submetidas na plataforma indicada no artigo 4.º até às 23h59 do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio através da plataforma.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
- 5 - Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.

**Artigo 7.º**

**Documentos que constituem as propostas**

- 1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/>;
  - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o Anexo II ao presente programa de concurso;
  - c) Proposta técnica, elaborada e organizada em conformidade com o seguinte:
    - i. A proposta técnica deve conter todos os elementos necessários à confirmação do cumprimento dos requisitos de cumprimento obrigatório, bem como os atributos da proposta (aspetos submetidos à concorrência) conforme previstos no caderno de encargos.
    - ii. A apresentação de propostas com conteúdo parcial ou insuficiente, que não respondam de forma clara, direta e detalhada, nos termos previstos no programa de concurso ou no caderno de encargos, impossibilitará a sua análise e conduzirá à sua exclusão, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
    - iii. A proposta técnica deve ser organizada seguindo, integralmente, a estrutura do clausulado da parte 2 – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, indicando se cumpre, detalhando, a forma como se propõe cumprir;
    - iv. A proposta deve incluir a entrega dos catálogos e *data-sheet* dos equipamentos e demais componentes propostos para o sistema de sensorização;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- v. A proposta deve incluir, ainda, o preenchimento e apresentação em formato *pdf* do ficheiro *excel* que se encontra disponível na plataforma ACINGOV (Anexo VI), relativo aos dados e indicadores da proposta.
  - d) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante;
  - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*;
  - f) Quaisquer outros documentos que se considerem indispensáveis à avaliação da proposta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
- 2 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, com exceção de termos em inglês, comumente empregues na linguagem técnica, e de documentação técnica do fabricante, redigida em inglês.
- 3 - A proposta do concorrente deverá ser apresentada em formato PDF, permitindo a procura, seleção e cópia de texto, com índice, e quaisquer outras remissões com navegação dinâmica.
- 4 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço, referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1, devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

**Artigo 8.º**

**Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**Artigo 9.º**

**Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

**Artigo 10º**

**Preço base**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

O preço base é de € 995.000,00 € (novecentos e noventa e cinco mil euros), sendo este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**Artigo 11º**  
**Preço anormalmente baixo**

- 1 - Considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando o mesmo seja inferior a 30% do preço base, porquanto o constrangimento temporal na execução do contrato obriga a um especial reforço de recursos.
- 2 - Nos termos do artigo 70.º do CCP, serão excluídas as propostas cuja análise revele um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71.º do mesmo código.

**Artigo 12º**  
**Concorrentes**

Podem apresentar propostas as pessoas coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 33.º do RJCPRAA.

**Artigo 13º**  
**Agrupamentos**

- 1 - Podem ainda concorrer ao presente concurso pessoas coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, sendo que em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
- 2 - Todos os membros são solidariamente responsáveis pela manutenção da proposta e não podem apresentar propostas individuais ou integrar outro agrupamento no mesmo procedimento.

**Artigo 14º**  
**Abertura das propostas**





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- 1 - A abertura eletrónica das propostas e dos documentos que as acompanham terá lugar no dia útil imediato à data limite de entrega das propostas e decorrerá em sessão privada, perante o Júri do procedimento.
- 2 - No mesmo dia, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica, podendo os mesmos proceder à consulta das propostas apresentadas.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

**Artigo 15.º**

**Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas e Audiência Prévia**

- 1 - O Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das propostas, no qual deve propor a exclusão das propostas e a ordenação das que forem admitidas em função do critério de adjudicação aprovado.
- 2 – O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, e bem assim solicitar o suprimento de irregularidades formais das propostas, nos termos do artigo 72.º do CCP.
- 3 - Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica, fixando-lhes um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 4 - Cumprida a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final, no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, sendo o mesmo enviado à entidade adjudicante para homologação.

**Artigo 16.º**

**Critério de adjudicação**

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator, sendo as propostas pontuadas de acordo com o modelo de avaliação que constitui o Anexo III



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

## ANEXO V – MODELOS DE CAUÇÃO



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

## ANEXO V – MODELOS DE CAUÇÃO



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**ANEXO V – MODELOS DE CAUÇÃO**

1 - .

2 - Em caso de empate na pontuação final das propostas, o desempate será efetuado através da escolha da proposta com preço mais baixo e, mantendo-se o empate, através de sorteio em data e modo a fixar pelo Júri do concurso.

**Artigo 17.º**

**Adjudicação**

1 - A decisão de adjudicação é comunicada através da plataforma eletrónica em simultâneo a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise das propostas.

2 - Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 10 dias úteis:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte;
- b) Confirmar, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos da proposta adjudicada, quando aplicável;
- c) Prestar a caução, exigida nos termos do artigo 19.º;
- d) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato.

**Artigo 18.º**

**Documentos de habilitação**

1 - O adjudicatário deve entregar através da plataforma, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva;
  - d) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo;
  - e) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas.
- 2 - Nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP, estão dispensados da apresentação do documento previsto na alínea e) do n.º 1 as pessoas singulares ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, devendo, nesses casos proceder à apresentação da respetiva certificação.
- 3 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

**Artigo 19.º**

**Caução**

- 1 - O adjudicatário garantirá a celebração do contrato, bem como exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do contrato, mediante a prestação de caução, no valor correspondente a 2% do valor anual da prestação do serviço, com exclusão do IVA,
- 2 - A caução pode ser efetuada, nos termos dos modelos constantes do Anexo V.
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.
- 4 - A caução será libertada após o termo do prazo de garantia de 3 anos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**Artigo 20.º**

**Contrato escrito e fiscalização prévia**

- 1 - O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da prova da prestação da caução, mas nunca antes que tenham decorrido 10 dias sobre a notificação da adjudicação a todos os concorrentes.
- 2 - O contrato é reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
- 3 - Uma vez que o contrato se destina à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, o mesmo está sujeito ao regime de fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas, determinado pelo artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na redação atualmente vigente, termos em que o contrato escrito será remetido para análise e emissão de decisão de procedência pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sendo eficaz e podem produzir todos os seus efeitos antes da decisão do Tribunal de Contas.

**Artigo 21.º**

**Assinatura eletrónica e selos temporais**

- 1 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 3 - Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devam ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Artigo 22.º  
Legislação aplicável

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Regime Jurídico de Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, todos nas suas respetivas redações atuais, e na restante legislação especialmente aplicável.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**ANEXO I – MODELO PARA SUBMISSÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

<b>CONCORRENTE</b>	(designação do concorrente) [exemplo] XPTO, S.A.	
<b>REFERÊNCIA DOCUMENTO</b>	<b>TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO</b>	<b>ESCLARECIMENTO / ERRO / OMISSÃO <sup>(1)</sup></b>
(indicar alínea, número, ponto, artigo, cláusula)	(transcrever do documento)	(esclarecimento solicitado / erro identificado / omissão identificada)
[exemplo] alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do programa do concurso	[exemplo] Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante	[exemplo] Se os documentos da proposta forem assinados por sócio que, nos termos da certidão permanente, tenha poderes para obrigar, basta a entrega desse documento ou será necessária uma procuração?

(1) Identificar se se trata de esclarecimento, erro ou omissão





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO**

[a que se refere o n.º 7 do artigo 5.º do Programa do Concurso]

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público para **“SISTEMA INTEGRADO DE MONITORIZAÇÃO INTELIGENTE DE FLUXOS TURÍSTICOS DOS AÇORES”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço total de € xxxxxxx (indicar o valor também por extenso), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

**Data**

**Assinatura do Concorrente/ Representante Legal**

---

---



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS**

[a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do Programa do Concurso]

**Classificação final:**

A classificação final das propostas é determinada através do cálculo da média ponderada das pontuações atribuídas aos fatores que integram o critério de avaliação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = Pr \times 60\% + Qt \times 40\%$$

Em que:

CF – Classificação final obtida por proposta, arredondado à terceira casa decimal.

Pr – Pontuação obtida no fator Preço.

Qt – Pontuação obtida no fator Qualidade Técnica – Dados e indicadores.

**Fator Preço (Pr):**

Para o cálculo da pontuação do preço será utilizada a seguinte fórmula, com arredondamento à terceira casa decimal:

$$Pr = 100 \times \frac{PB - PT_{concorrente}}{PB}$$

Em que:

PB – Preço base;

PTconcorrente – Preço total da proposta do concorrente, com exclusão do IVA;

100 X – Fator multiplicador para uniformização da pontuação em valor de 0 a 100;

PR – Pontuação obtida no Preço numa escala de 0 a 100.

**Fator Qualidade Técnica – Dados e indicadores (Qt):**

Para o cálculo da pontuação do fator dados e indicadores será utilizada a seguinte tabela:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Sub-fator	Indicador	Descrição	Pts
Fi1	Ponto de entrada e saída	Aeroportos, Portos comerciais ou de Recreio	6
Fi2	Perfilagem de Turistas	Idade, género, agregado familiar	3
Fi3		Género	2
Fi4		Agregado Familiar	2
Fi5		Grau de Instrução	3
Fi6		Situação Económica / Poder de compra	4
Fi7		Grau de sofisticação Digital	2
Fi8		Disponibilidade para viajar	3
Fi9		Produtos turísticos de interesse	6
Fi10	Local de residência habitual dos visitantes		4
Fi11	Duração média de visitação		4
Fi12	Visitantes repetentes		4
Fi13	Estada média e local de pernoita		4
Fi14	Mapa de deslocação		4
Fi15	Padrões de mobilidade e visitação	sem indicação de meio de transporte	4
Fi16		com indicação de meio de transporte	4
Fi17	Operações financeiras	Número, valor de operações (TPA)	5
Fi18		Tipo de compra/pagamento (TPA)	4
Fi19		Tipo de estabelecimento (TPA)	4
Fi20		Levantamentos ATM	2
Fi21	Dados das condições meteorológicas		2
Fi22	Nº de pessoas por período temporal (nos POI's)		2
Fi23	Tempo de permanência médio (nos POI's)		2
Fi24	Padrões de movimentação (nos POI's)		2
Fi25	Nº de veículos por período temporal (nos POI's)		2
Fi26	Dados de motores de busca	Volumes e padrões de pesquisa	8
Fi27	Dados de redes sociais	Interações e menções em redes sociais	8
TOTAL			100



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Programa do Concurso]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO**

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**ANEXO V – MODELOS DE CAUÇÃO**

**Modelo de guia de depósito bancário**

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

**Modelo de garantia bancária/seguro de caução**

Garantia bancária/seguro de caução n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (adjudicatário), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a (...) % do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS  
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]